Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado *Jihei Noda*.

(O SR. *JIHEI NODA* PRONUNCIA DISCURSO QUE SERA PUBLICADO OPORTUNAMENTE).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado João Lázaro de Almeida Prado.

O SR. *JOÃO LAZARO DE ALMEIDA* PRADO — Sr. Presidente, cedo 5 minutos do meu tempo ao nobre deputado Wadih Helu.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre deputado Wadih Helu, por 5 minutos, cessão de tempo do nobre deputado João Lázaro de Almeida Prado.

O SR. WADIH HELU — Sr. Presidente e nobres Srs. deputados, sábado último tivemos a satisfação de, juntamente com deputados estaduais, federais, secretários de Estado, participarmos das festividades de Capão Bonito, onde, com a presença do Sr. Governador do Estado, Dr. Paulo Egydio Martins, a SABESP inaugurou o serviço de águas e esgotos naquela progressiva cidade do sul paulista.

Foi realmente uma festa, que contou com a presença de mais de 40 prefeitos das cidades adjacentes, demonstrando, acima de tudo, trabalho profícuo do governo da ARENA, que vai ao encontro das necessidades dos municípios parcos de recursos, proporcionando-lhes condições para a instalação do serviço de águas e esgotos, no atendimento dos serviços de infra-estrutura. Tudo foi festa. Entretanto, notamos a ausência do órgão de divulgação do Estado, da TV Cultura — Canal 2.

Essa ausência não nos surpreendeu porque temos lido semanalmente na "Coluna Um", de Cláudio Marques, denúncias de infiltração de elementos de esquerda no Canal 2, com a complacência do Secretário de Cultura, Dr. José Mindlin, e do próprio Governo.

Desta tribuna queremos externar o nosso protesto, pois nos falta condições de lutar por um país democrata, por um regime de democracia, quando a própria instituição governamental fica solapando essa democracia, não só com a sua ausência deliberada, mas muito mais do que isso, com a sua presença comunizante no vídeo, diariamente, com a sua presença que enaltece e procura dar provas de grandiosidade de líderes de esquerda de outros países, que vêm desgraçando outros povos, procurando inculcar no espírito do povo brasileiro que este País é só miséria, que este País é só pobreza, ves que na Televisão Cultura — Canal 2, só assistimos jornais mostrando a miséria, mostrando a probreza, mostrando a desgraça. Num País como o nosso, que está em pleno desenvolvimento, num País como o nosso, que se constitui num verdadeiro oásis no mundo de hoje, são esses elementos pagos pelo governo, numa emissora de televisão do Governo de São Paulo, que pregam a desagregação do nosso povo, da nossa cidade, omitindo-se de comunicar ao povo paulista, as realizações do nosso governo, como aconteceu em Capão Bonito, como aconteceu há dez dias em São Paulo, com a inauguração do Metrô, obra do Governo da ARENA, através de cinco prefeitos, de cinco homens que responderam pelos destinos da nossa cidade. O Canal 2, a tudo omite, fazendo o proselitismo do comunismo, da subserviência, tornando-se como diz o colunista Claudio Marques. «A Televisão Vietnam Cultura de São Paulo», paga com o dinheiro do povo, desservindo nosso governo e a nossa Patria.

O Sr. José Maria Marin (Com assentimento do orador) — Nobre deputado Wadih Helu, realmente o assunto levantado por V. Exa. dessa tribuna, deve merecer uma atenção toda especial não só desta Casa, mas, principalmente, por parte do Sr. Secretário de Cultura do Estado e por parte do Sr. Governador do Estado. Sem adentrar no mérito da questão, causa-me estranheza quando os órgãos de imprensa do nosso Estado, de há muito tempo vêm levantando esse problema, pedindo providências aos órgãos competentes, com o que está acontecendo com o Canal 2, e não verificamos, pelo menos, nenhuma palavra de esclarecimento. Já não se trata de divulgar o que é bom e deixar de divulgar aquilo que é mal, mas, trata-se da intranquilidade que já toma conta de São Paulo, um assunto que não é comentado apenas desta tribuna, que não é comentado apenas nos meios políticos, mas é assunto comentado em quase todos os lares de São Paulo. Neste aparte, nobre deputado Wadih Helu, quero chamar a atenção do Sr. Secretário de Cultura do Estado de São Paulo e do Sr. Governador do Estado, que venham a público esclarecer definitivamente essas denúncias que estão sendo levantadas pela imprensa de São Paulo e, de forma particular e corajosa, pelo jornalista Cláudio Marques. Se a maioria dessas denúncias está sendo levantada pelos vários jornais de São Paulo, basta um simples exame desse problema, para verificar que não só o jornalista citado dessa tribuna vem verificando os fatos negativos, pois não se vê nada de positivo, apresenta apenas misérias, apresenta problemas, mas não apresenta soluções. Nessas condições, congratulamo-nos com V. Exa. pela oportunidade em levantar este problema e quero daqui, neste ligeiro aparte, fazer um apelo ao Sr. Governador do Estado: ou o jornalista está errado ou então o jornalista está certo. O que não pode continuar é essa omissão, tanto por parte do Sr. Secretário da Cultura, como do Sr. Governador. É preciso mais do que nunca uma providência, a fim de que a tranquilidade volte a reinar não só nesta Casa, mas, principalmente, nos lares paulistanos.

O SR. WADIH HELU — Agradecemos o aparte do nobre deputado José Maria Marin, bem como a cessão de tempo do nobre deputado João Lázaro de Almeida Prado. Esgotando-se nosso tempo, deixamos a tribuna, mas prometemos voltar ao assunto. Nessa expectativa, requeremos ao Sr. Presidente da Mesa que cópia deste pronunciamento seja enviado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, bem mcomo ao Diretor do Canal 2, Dr. Ruy Nogueira Martins, que talvez não assista aos programas da emissora que preside e não saiba do que lá está se passando.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado João Lázaro de Almeida Prado.

— (Assume a Presidência o Sr Jayro Maltoni).

O SR. JOÃO LAZARO DE ALMEIDA PRADO — Exmo. Sr. Presidente, Srs. deputados, há quase nove anos deputado, sempre venho esposando a tese de que seja modificado o critério com relação à desapropriação de áreas para utilidade pública, quando de interesse coletivo, para a passagem de estradas de rodagem, estradas de ferro, linhões e, principalmente, barragens.

Entendo que o governo pura e simplesmente indenizar o proprietário da terra utilizada não resolve completamente o problema, pois, especificamente, no caso das represas da CESP, que abrangem áreas enormes, além da área que o Estado indeniza ao proprietário, nunca prestamos bem atenção à desvalorização da região, em resultado daqueles serviços.

São obras que, sem dúvida, não podem deixar de ser feitas; são louváveis, pois são serviços de interesse geral, mas, exatamente por ser de interesse geral, entendemos nós, a região abrangida pela área inundada também deve ser indenizada, não só o proprietário da terra. Por exemplo, no meu pequenino Itapuí, a represa de Bariri inundou uma grande área de terra. Os proprietários foram indenizados, mas Itapuí perdeu a produção de arroz. Inúmeros plantadores de arroz, que eram meeiros, terceiros, arrendatários, deixaram de ter aquela área de plantação. O município, portanto, ficou prejudicado com relação àquela obra — assim também seus munícipes, não o proprietário, que foi indenizado pelas suas terras.

Entendemos nós que esta indenização, a CESP teria de fazer através de outras benfeitorias, outras melhorias, que levassem àquela região condições tais que dessem aos seus habitantes as vantagens que eles perderam.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. deputados, hoje passo a falar de uma área onde a CESP pretende construir novas represas.

Senhor Presidente senhores deputados, desejaríamos usando nossos direitos e deveres de interessarmos pelo bem do Estado e de nossos concidadãos, chamar atenção para um assunto de capital importância não só econômico, mas também social na vida de nossa Unidade Federal (Estado de São Paulo).

Senhores deputados, referimo-nos à situação Geográfca da Região, atravessada pelo Rio Tietê, entre a atual Barragem de Promissão passando pelo Salto de Avanhandava.

Nesta região, da esquerda à direita, do referido rio, se encontra uma grande reserva de argila, de que utilizam atualmente 56 cerâmicas. Estas 56 pequenas e média empresas estão distribuidas por toda a região, ocupando mão-de-obra aproximadamente de 4.000 operários (10.000 pessoas).

Na região se localizam as cidades de José Bonifácio, Promissão Ubarana, Avanhandava, Barbosa, Penápolis, Lins, cidades estas que devem sua receita do ICM em grande parte a estas indústrias. Como se sabe, nestas cidades estão localizados muitos outros tipos de indústrias, que fabricam material de construção civil para todo o Brasil, principalmente para as regiões Noroeste de São Paulo, Mato Grosso e Norte do Paraná.

Ainda um dado de importância, durante 100 anos estas indústrias encontrarão na região, matéria-prima argilosa.

Senhores deputados!

A situação acima descrita, se pode qualificar de progressiva, pois tais indústrias estão se desenvolvendo cada vez mais, em proporção das necessidades habitacionais, ainda muito deficitárias.

Esta região se vê agora ameaçada. Segundo estudos recentes que se relacionam com a vida da região, estudos estes que estão sendo feitos por órgãos do Governo, CESP e CENAT, poderia esta região ser inundada, pondo fim a um parque industrial de grande significado regional.

Por trás de tudo está a intenção justificável e plausível de tornar o Rio Tietê navegável.

Para realizar isto, os planos hoje em estudos, localizam nas proximidades do Salto de Avanhandava uma barragem, que traria como consequência a inundação de toda a região em apreço.

É bom notar, que este plano inclui outras barragens, sem consequência, contudo para o nosso caso.

Nobres deputados!

Aqui chegamos ao que queremos expor com referência ao nosso ponto de vista corresponde aos anseios de toda a população dessa região.

Ninguém é contrário ao louvável plano de tornar o Rio Tietê navegável nessa região.

Contudo não se pode prejudicar os interesses dessa região, ainda mais que tudo se poderia conseguir sem ser necessária tal inundação.

Senhores deputados!

E pleiteamos em nome dos interesses e dos anseios da população dessa região, que se estude a localização de uma barragem que além de transformar o Rio Tietê navegável, evite a inundação dessa região e assim não ocasione a inutilização de tão grande depósito de matéria-prima de que depende a subsistência de 56 indústrias e de mais ou menos 10.000 pessoas Considerando ainda que o sistema habitacional brasileiro é deficitário, e que o Govêrno Federal está empenhado em possibilitar ao povo moradias próprias, é de capital importância que conservemos; e ainda mais, estimulemos este tipo de indústria, para que mais tarde não corramos o risco de ter que importar estes tipos de materiais de construção.

Portanto, nobres deputados, louvamos o plano de tornar o Rio Tietê navegável nessa região, o que será de grande importância econômica, mas temos a certeza que isto poderá conseguir-se sem perda desta fonte de riqueza em matéria-prima e sem transtorno social acarretado por desemprego.

Para isto amanhã apresentaremos à Mesa uma Indicação que sugere estudos visando o resguardo da riqueza ali localizada — A Argila — Portanto, nobres deputados, louvamos o plano de tornar o Tietê navegável nessa região, o que será de grande importância econômica, mas temos a certeza de que poder-se-á conseguir isso, preservando-se desta fonte de riqueza em matéria-prima e sem o transtorno social que acarreta o desemprego. Para isto, amanhã apresentaremos à Mesa uma indicação que sugere estudos visando ao resguardo da riqueza ali localizada: a argila.

Além deste, diversos pronunciamento nossos têm sido feitos no sentido da interiorização da indústria. E esta é uma indústria bastante disseminada pelo interior. Haja vista, por exemplo, o caso de Barra Bonita. Em Barra Bonita, ainda hoje temos a indústria da cerâmica em desenvolvimento, mas com data marcada para paralisação, porque toda a sua reserva de argila foi submersa pelas águas do Tietê. Inegavelmente, Srs. deputados, obras de grande interesse do Estado e de interesse nacional determinaram tal medida. Temos necessidade de energia. Bem justificada foi, portanto, a desapropriação. Mas, pergunto: as regiões que foram abrangidas por este melhoramento, que trouxe vantagem para o Estado todo e para todo o país será que receberam de todo o Estado e de todo o país também uma retribuição à altura? Seria necessária uma indenização à região, à população — e não somente aos proprietários das terras desapropriadas — no mesmo sentido e nas mesmas proporções dos benefícios que o Estado obteve com aquelas construções. Refiro-me à grande perda sofrida por aquele pessoal que trabalhava com a argila, e também por aqueles que cultivavam arroz.

O SR. MANOEL SALA — Sr. Presidente, com a anuência do orador, solicito a palavra, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE — Com a anuência do orador, para comunicação, tem a palavra o nobre deputado Manoel Sala.

O SR. MANOEL SALA (Para comunicação) — Sr. Presidente, Srs. deputados, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo acaba de perder um dos seus dedicados funcionários: faleceu hoje o taquígrafo Mário José Karat.

Lamentamos profundamente o passamento desse funcionário que tantos serviços prestou a este Poder, ao lado dos demais taquígrafos desta Casa, que sempre mereceram, assim como todos os funcionários da Casa, o nosso profundo respeito e admiração.

Desta forma, Sr. Presidente, com a anuência do nobre deputado que está na tribuna, nobre deputado João Lázaro de Almeida Prado, comunico que estou encaminhando à Mesa requerimento solicitando voto de pesar pelo falecimento de tão dedicado funcionário, que prestou relevantes serviços a esta Casa. Nós, com isto, interpretamos os sentimentos não só de todos os taquígrafos, mas dos funcionários desta Casa.

Pedi a palavra para fazer esta comunicação Sr. Presidente, espero seja determinado o meu registro.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência determina a anotação das palavras de V. Exa. e associa-se às homenagens que V. Exa. presta ao ilustre funcionário Mário José Karat.

Continua com a palavra o nobre deputado João Lázaro de Almeida Prado.

O SR. JOÃO LAZARO DE ALMEIDA PRADO — Sr. Presidente, Srs. deputados, existem coisas, coincidências, oportunidades que se recebem na vida, muitas delas alegres comunicações que nos enchem de alegria, mas, da mesma forma, recebemos, em certos momentos, comunicações como essa do nobre deputado Manoel Sala, tão triste.

Eu queria, em meu nome e no da nossa Bancada, a ARENA, associar-nos à Casa no voto de profundo pesar pelo passamento desse funcionário tão estimado. E especialmente à família dos taquígrafos, a essa gente tão simpática, que sempre nos atende com tanta presteza e com tanta boa-vontade, procurando transmitir, da melhor maneira possível, as nossas expressões e os nossos pronunciamentos, os nossos profundos sentimento, pedindo também que o transmitam, em nosso nome, à família do extinto.

Sr. Presidente, também em sinal de pesar, dou por encerradas as minhas palavras neste momento e cedo os últimos minutos da oportunidade que tinha para falar, ao nobre deputado Vanderlei Macris.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, pelo restante do tempo do nobre deputado *João Lázaro de Almeida Prado*, o nobre deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS — Sr. Presidente, Srs. deputados, nós gostaríamos de agradecer a gentileza do nobre deputado João Lázaro de Almeida Prado e também, em nome do MDB, corroborando as palavras do nobre deputado Manoel Sala, queremos expressar o nosso sentimento pelo falecimento do taquígrafo desta Casa, Sr. Mário José Karat.

Sr. Presidente, Srs. deputados, não faz muito tempo, a Câmara Municipal de Americana, enviou, à Superintendência de Controle de Endemias, setor de poluição do ar, representação contra a RIPASA, empresa de celulose e papel localizada em Limeira, mas que afeta sobremodo a população da cidade que aqui temos a felicidade de representar.

Na referida mensagem do presidente do Legislativo de Americana é informado que, apesar das medidas anunciadas pela empresa, a poluição continua preocupando a população, pois não só o ar como as águas do Rio Piracicaba estão terrivelmente contaminadas.

Com aquela representação, desejava o presidente da Câmara de Americana obter um laudo oficial declarando como poluidora a fábrica acima referida, para poder agir judicialmente. Acontece que a atitude foi tomada depois que o presidente do Legislativo ouviu do Promotor Público da cidade, Sr. Márcio Schneider Reis, a informação de que S. Sa. estava disposto a processar a RIPASA se se dispusesse de um laudo oficial.

Quase que na mesma ocasião, Srs. deputados, a Superintendência de Controle de Endemias respondeu que em virtude do Decreto 5.992, de 16 de abril do corrente ano, foram transferidas à CETESB — Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Defesa do Mei-Ambiente, as atribuições e competências antes exercidas pela Diretoria de Controle da Poluição do Ar daquela autarquia. E a própria Superintendência enviou o expediente para CETESB.

Como atitude justa e formal, no ofício que mandou à Superintendência, o presidente da Câmara informava que o município arcaria com as despesas da ida dos técnicos. Entendia o vereador Presidente do Legislativo de Americana que seriam despesas apenas de estadia.

Mas, agora, surpreendentemente, o CETESB está informando que se propõe a prestar serviços técnicos visando à determinação das concentrações de gás sulfídrico, detritos e poeira em suspensão no Município de Americana no local determinado pelo ofício de 15 de julho, encaminhado à Superintendência de Controle de Endemias.

Para tanto, o CETESB mandaria uma equipe técnica formada por um engenheiro coordenador, um químico, um técnico de nível médio para, no prazo de 15 dias, realizar os trabalhos e determinar se a RIPASA pode ser declarada poluidora.

Mas, para proceder a esse trabalho — pasmem Srs. deputados — a CETESB não fez por menos e quer Cr$ 29.000,00 e com a proposta tendo validade de apenas 30 dias. Ora, Sr. Presidente, não tem cabimento o procedimento de uma empresa do Estado cobrar do município, para uma simples averiguação técnica, a quantia que foi solicitada. S. Exa., o Sr. Governador, precisa dar orientação diferente às empresas desse tipo. Elas foram criadas para servir o povo e não para se tornar recolhedoras de receitas.

Como bem vêem, Sr. Presidente e Srs. deputados, aqui está o ofício enviado à CETESB e gostaria que o Sr. Presidente defedisse meu pedido de transcrição do mesmo ao pé do meu discurso, para conhecimento de todos, pois, o mesmo se refere a uma averiguação sobre se a firma é ou não poluidora.

Como vêem os Srs. deputados, aqui está a poluição servindo de fonte de receita quando deveria ser subsidiado pelo Estado o combate à poluição. Fica aqui o nosso mais veemente protesto contra uma atitude destas, de uma companhia estadual cobrar 29 milhões de cruzeiros do Município para proceder a uma averiguação numa empresa a fim de saber se ela estaria ou não poluindo. Mas, trataremos do problema, iremos à CETESB saber o por que dessa cobrança a fim de podermos ficar tranquilos quanto à orientação do Governo no sentido de combater a poluição.

Queremos crer que isto não tenha ocorrido; mas, se ocorreu, aqui viremos novamente para denunciar tal fato.

Muito obrigado.

Documento a que se refere o orador

CÂMARA MUNICIPAL DE AMERICANA

Of. N. 410.75.
Americana, 15 de julho de 1975.
Senhor Diretor.

A Câmara Municipal de Americana, interpretando o sentimento de uma população revoltada contra a ininterrupta poluição provocada no município, pela empresa industrial RIPASA S.A., vem apelar a essa Diretoria no sentido de que seja feita uma cuidadosa verificação na cidade, para uma apuração através dos processos técnicos, dos índices de poluição. Pretende este Legislativo, com base nos laudos, oferecer subsídios a fim de que o Poder Público possa agir judicialmente contra a poluidora.

Há anos vem a Câmara e a Prefeitura protestando contra a poluição do ar e das águas do Rio Piracicaba, pela mesma empresa. Ela tem anunciado medidas de controle, mas na realidade, a poluição continua, especialmente a do ar, que mais diretamente preocupa a população.

Esta Câmara já se dirigiu ao FESB, mas essa autarquia tem se limitado a responder que o próprio município polui as águas do Rio Piracicaba, por não possuir serviço de tratamento de esgoto urbano. Acontece, no entanto, que tal fato, de grande complexidade, não pode autorizar a omissão daquele órgão controlador. O problema do tratamento do esgoto não pode ser encarado como assuntó isolado. A solução precisa ser encontrada de comum acordo com os municípios da região, que fazem lançamentos no ribeirão Quilombo (que desemboca no Piracicaba) e com a participação decisiva do Estado. Tanto que a matéria é cuidada no relatório formulado pelas Prefeituras de Americana, Nova Odessa e Sumaré, conforme planejamento para o Orçamento Programa do Estado, para 1976.

A nossa preocupação prende-se, no momento, à poluição do ar. Daí o presente pedido a essa Diretoria.

Assim é senhor Diretor, que formulamos o presente pedido no sentido de que seja apurado o índice de poluição do ar, provocada pela referida empresa (RIPASA), fabricante de celulose, situada no território municipal de Limeira, às margens do Rio Piracicaba, ao lado do bairro Carioba, bem na divisa com aquele município, porém a poucos metros da área urbana de Americana.

Como uma apuração adequada do grau de poluição dependerá, entendemos, de alguma permanência de técnicos dessa Diretoria em nossa cidade, desde já adiantamos que nos responsabilizamos inteiramente por essa estadia.

Certos que a Diretoria de Controle de Poluição do Ar saberá interpretar neste